

# O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES APLICADO NO RECORTE HISTÓRICO DE 1945-1955

Wires Alves dos Anjos<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo busca fazer um estudo da maneira que se deu a industrialização dos países componentes da América Latina, dando um enfoque especial para a do Brasil, direcionando-a tenazmente para um determinado período da história do nosso país. Isso é feito baseando-se em leituras de grandes obras voltadas para a investigação da economia brasileira, que vão desde a descoberta de nosso território até o momento final do século XX. Além disso, é colocado algumas contribuições próprias no que diz respeito a industrialização, baseada no Processo de Substituição de Importações, entre os anos de 1945 à 1955.

**Palavras-chave:** Processo de Substituição de Importações; setor externo; Divisão Internacional do Trabalho; contradições; atuação do Estado e planejamento.

---

<sup>1</sup> Estudante de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e integrante do Programa de Educação Tutorial (PET). E-mail: wiresalves.alves@gmail.com.

## 1. INTRODUÇÃO

A história econômica brasileira é muito rica para quem se interessa em estudar os impactos provocados pelo setor externo em uma economia, pois desde a conquista da independência brasileira a atividade econômica de nosso país é grandemente influenciada por tal setor. O Processo de Substituição de Importações (que faz parte dessa história) não seria uma exceção, mas que por sua vez tem um desenvolvimento peculiar e relevante de ser verificado por todo período de sua maior aplicação (1930-1980).

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é estudar o delineamento do Processo de Substituição de Importações em um determinado recorte temporal do período de vigência do referido, tendo em mente que ele foi uma forma de industrialização dos países que fazem parte da América Latina. Tal recorte compreende o intervalo de um certo decênio, o que se inicia em 1945 e que tem seu encerramento no ano de 1955.

A curiosidade em abordar o assunto, no momento indicado, surge pelo fato dele deter acontecimentos que potencialmente desacelerariam a substituição de importações da indústria brasileira, o que de fato aconteceu, mas não pelo impacto desses ocorridos, e sim por motivos que serão indicados e discorridos no desenvolvimento deste trabalho, levantando-se assim uma nova contribuição para o assunto. Além disso, tem-se que o estudo serve de base para um aprofundamento da abordagem referente a disseminação da atividade industrial no Brasil em tempos recentes, visto que desde fins do século XX ela vem sofrendo uma diminuição, conhecida na literatura econômica como “desindustrialização”.

Para alcançar a meta estipulada, o estudo se embasa em obras voltadas a abordar a economia brasileira. O conjunto literário do trabalho está composto por bibliografias de Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, Caio Prado Jr, Pedro Malan, Wilson Cano, entre outros, nomes que dispensam comentários, muito por conta de suas magníficas investigações sobre temas histórico-econômicos do nosso país.

A estruturação deste artigo está composta por esta breve introdução do assunto a ser discorrido; de uma parte dedicada a tratar das especificidades do Processo de Substituição de Importações na região da América Latina, dando enfoque maior ao caso brasileiro; logo após, tem-se o capítulo principal, o qual procura-se verificar a aplicação do modelo de industrialização ao hiato temporal proposto e defender uma observação particular; e por fim, apontar as principais considerações tiradas do estudo realizado.

## **2. O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIAL NA AMÉRICA LATINA BASEADO NO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES**

Para compreendermos melhor o sucedimento do Processo de Substituição de Importações (PSI) no recorte temporal proposto, cabe antes entender o que de fato foi esse modelo de desenvolvimento econômico e industrial. Para isso será explicado, resumidamente, como e porque ele surge nos países latino-americanos, principalmente no Brasil. Vale destacar que o PSI foi um fenômeno particular aos países citados, por isso a importância em expor a forma como se deu o estabelecimento dele nesses locais. Outra justificativa para tal preocupação é a de termos em mente um aspecto que fica muito claro ao apreciarmos leituras que tratam da história econômica brasileira, como por exemplo Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado, História Econômica do Brasil de Caio Prado Jr e Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro de Maria da Conceição Tavares: é impossível entender a história da economia do Brasil sem levar em conta a influência do setor externo provocada a ele.

Dito isso, parte-se agora para a recapitulação da industrialização latino-americana, ainda que um pouco primitiva, e das particularidades da industrialização brasileira.

### **2.1. A América Latina e sua Industrialização**

Antes do período da primeira grande guerra mundial, último quartel do século XIX até início do século XX, os países que fazem parte da América Latina organizavam suas ações econômicas para corresponder as necessidades dos países centrais, uma clara evidência do legado deixado pelas nações colonizadoras em nossa região. Toda a dinamicidade econômica interna, ou boa parte dela, ficava a cargo de apenas um setor, aquele voltado para o comércio de mercadorias com o exterior, dinâmica essa que ficou conhecida na literatura histórico-econômica como “desenvolvimento para fora”, muito por conta do alto peso relativo de tal setor no nível de atividade das nações sul-americanas, principalmente.

Dá para se imaginar, por meio do exposto acima, como era a reprodução desses sistemas econômicos: as exportações de matérias-primas, bens de baixo ou nenhum valor agregado, desempenhavam o papel majoritário do levantamento da renda nacional; e o que era necessário, em termos de recursos, para respaldar a produção desses bens, uma vez que eles não eram encontrados internamente, provinha de outros países, obviamente os centrais, via importação. Os recursos importados não faziam referência apenas aos bens de capital, o que não seria uma surpresa muito grande já que nem nos últimos tempos conseguimos aliviar esse peso, como também de bens de consumo, tendo como exemplo os artigos alimentícios. É interessante atentar-se, com o intuito de comparação, para os

primórdios das economias europeias, no sentido de recordar que o setor externo teve um caráter parecido, mas de intensidade menor. Maria da Conceição Tavares chama a atenção para essa diferente característica da esfera externa encontrada nos países centrais no início de seus respectivos desenvolvimentos.

No primeiro (o caso das economias centrais), embora as exportações fossem componente importante e dinâmica na formação da Renda Nacional, sem a qual não se poderia explicar a sua expansão, não lhes cabia a exclusiva responsabilidade pelo crescimento da economia. Na realidade, a essa variável exógena vinha juntar-se uma variável endógena de grande importância, a saber, o investimento autônomo acompanhado pelas inovações tecnológicas. A combinação dessas duas variáveis, interna e externa, permitiu que o aproveitamento das oportunidades do mercado exterior se desse juntamente com a diversificação e integração da capacidade produtiva interna. (TAVARES, 1983, p. 30).

Sobre as importações desses países destacados, elas serviam para adquirir tudo aquilo que era necessário e obviamente não encontrado no território interno, alguns bens intermediários e bens de consumo.

Essa combinação favorável a um desenvolvimento sustentável presente nos países que correspondem à citação, não ocorreu com países da América Latina. Isso aconteceu muito por conta deles terem pouca margem de diversificação das mercadorias disponibilizadas no mercado internacional, pois esse ambiente já possuía mercadorias consolidadas por outras nações, além de motivos que envolviam interesses geopolíticos.

Por outro lado, as suas possibilidades de irradiação interna (sobre o resto do sistema) dependiam, na prática, de uma série de fatores entre os quais podemos destacar os tipos de função de produção adotados e o fato de o setor ser ou não um enclave de **propriedade estrangeira**. (TAVARES, 1983, p. 30, **grifo nosso**).

Interpretando, o enclave apontado na citação é a Divisão Internacional do Trabalho, em que é pregado para as nações periféricas quais são seus respectivos papéis produtivos no mundo. É notório que tal fator vai além da questão econômica, alcançando também o âmbito político, cuja época o poder se concentrava nos países da Europa, principalmente Inglaterra. Sendo assim, eles utilizavam desse poder para modelar a economia mundial em prol de seus interesses.

Por outro lado, a renda promovida aos países latino-americanos pela demanda externa, contribuiu para o surgimento de certas indústrias. Essas estruturas produtivas tinham o objetivo de atender uma parcela muito pequena da demanda geral de seus respectivos países, sendo elas especializadas na produção de mercadorias com baixa complexidade de produção, como tecidos e calçados. Além disso, elas eram caracterizadas pela baixa produtividade e fruto de uma ascendente urbanização nos países de nossa região.

Sobre o outro lado do setor dinamizador, as importações se direcionavam para atender a maior parcela da demanda interna, o que soa normal já que as nações centrais da época, e que hoje são desenvolvidas, faziam/faz dessa ferramenta uma supressora das necessidades dos bens não

encontrados internamente. No entanto, o que diferenciava as importações dos países centrais para as dos periféricos é que nesses últimos haviam grandes aquisições de bens de capital e também de alimentos e matérias-primas. Obviamente que nenhuma nação é autossuficiente, mas o que chama a atenção é o fato delas, na Divisão Internacional do Trabalho detendo o objetivo de servir para as economias centrais de fonte supressoras de matérias-primas e alimentos, como levantado anteriormente, alcançarem níveis de importações bem altos desses dois fatores. Daí surge a seguinte pergunta: por que importar matérias-primas e alimentos?

Uma parte da resposta, já citada algumas vezes, é a questão da Divisão Internacional do Trabalho, ficando claro que: “O cerne da problemática do crescimento ‘para fora’ [...] está evidentemente vinculado ao quadro de **DIT** que foi imposto pelo próprio processo de desenvolvimento das economias líderes [...]” (TAVARES, 1983, p. 31, **grifo nosso**), sendo posto para as noções adotantes do modelo de crescimento “para fora” a obrigação de demandar determinadas mercadorias, pelo fato de não poderem produzi-las. O restante da resposta ficará mais evidente quando abordarmos as contradições existentes no PSI ao passo que ele avança, discussão essa reservada para um momento mais adiante.

A partir daqui daremos mais atenção para o caso brasileiro. Nele tem-se que a passagem de uma fase, modelo, sistema para outro(a) se dá por diversos motivos, mas principalmente pela insuficiência daquele(a) que vigora, e a passagem do modelo baseado na dinâmica externa para o que se baseia, mais fortemente, na dinâmica interna não foi diferente.

A insustentabilidade do modelo de crescimento vinculado ao estado do setor externo se inicia em um período muito peculiar, o que compreende 1914 à 1945. Como sabemos, nesse tempo tivemos duas grandes guerras mundiais e a Crise de 1929, acontecimentos que abalaram as relações exteriores de todos os países capitalistas. Uma vez estremecidas as relações exteriores e sendo os países da América Latina dependentes delas para o funcionamento de suas economias, todos eles estavam fadado a definharem. A lógica das consequências por trás dos acontecimentos aparecem da seguinte forma: as exportações, principal fonte de renda dessas economias, caíam; conseqüentemente a renda nacional também manteria a proporcionalidade direta às exportações; e o fato da renda ser um dos condicionantes para realizar as importações resultaria na queda dessas últimas. Em suma, não haveria a manutenção dos países latino-americanos caso insistissem em permanecer no modelo de desenvolvimento “para fora”.

É nesse contexto que boa parte das economias latino-americanas buscam se defender dos desequilíbrios externos, como aponta Cano (2012, p. 131):

Analisando os processos inflacionários e a industrialização latino-americana a partir da Crise de 1929, Seers (1962) agrupou os países examinados em dois grupos: um, constituído por

onze nações (Venezuela, Equador, os seis centro-americanos, Cuba, Haiti e República Dominicana) que, diferentemente do outro grupo (México e os demais países sul-americanos, exceção de Bolívia e Paraguai, não discutidos no trabalho), não praticou políticas econômicas mais amplas contra a depressão (Crise de 1929) e em defesa do setor produtivo interno. Assim, as medidas praticadas pelo primeiro grupo foram nulas ou modestas as confrontadas com as do segundo grupo, que, de maneira mais rápida, desvalorizavam fortemente o câmbio, suspenderam o pagamento do serviço da dívida, instituíram controles cambiais drásticos e elevaram suas tarifas de importação.

Sobre essa assunto ainda pode se dizer que:

A desarticulação internacional, ao inibir a feitura de políticas agressivas de exportações, terminava por agravar nossas contas externas. Isso induzia (ou obrigava) os países do segundo grupo a um manejo mais ousado em termos de acordos internacionais, de administração inteligente do câmbio, das divisas e dos pagamentos internacionais, o que possibilitou tanto a priorização e seleção de determinadas importações quanto, inclusive, levou-os, por vezes, à prática da moratória (CANO, 2012, p. 132).

Num ambiente de controle cambial, seleção de importações, entre outras coisas, nota-se que não teria como recorrer as importações, nos mesmos moldes anteriores, para suprir aquilo que antes era adquirido (estrangulamento externo), cabendo buscar novas alternativas de obtenção de tais produtos. Foi nesse momento que a indústria desenvolvida de maneira primitiva, como foi levantado anteriormente, teve uma relevante participação, produzindo alguns bens **em substituição** aqueles que outrora eram auferidos pelas importações. Tavares (1983, p. 33) chama a atenção para tal movimento:

Inicialmente utilizando e mesmo sobreutilizando a capacidade existente foi possível substituir uma parte dos bens que antes se importavam. Posteriormente, mediante uma redistribuição de fatores e, particularmente, do recurso escasso, as divisas, utilizou-se a capacidade para importar disponível com o fim de obter do exterior os bens de capital e as matérias-primas indispensáveis à instalação de novas unidades destinadas a continuar o processo de substituição.

Dessa forma, o nível de renda da economia brasileira manteve-se em bons patamares, contribuindo para um aprofundamento inicial do PSI. Além disso, vale destacar que as exportações de matérias-primas (em especial) e outros artigos para as economias ocupadas com os conflitos de guerra proporcionaram para o nosso país uma certa quantidade de reservas cambiais, importantes para realizar investimentos na indústria. Boa parte dessas divisas no período de 1945-47 reduziram-se bastante, mas deixemos esse ocorrido para melhor ser discutido quando abordamos o recorte selecionado, cujo detém o referido acontecimento.

## **2.2. As Contradições do Novo Modelo de Desenvolvimento**

O término do parágrafo anterior possivelmente provocou uma dúvida ao leitor deste trabalho familiarizado com o assunto, dizendo respeito aos aspectos do mercado interno, já que o modelo de desenvolvimento econômico emergente, industrial e substituidor de importações depende amplamente da demanda interna. Acontece que essa é uma das inconsistências que logo aparece com a adoção do novo modelo, pois ele passa a depender do nível de distribuição de renda atual e futuro das economias que o utiliza. O caso brasileiro era muito marcado por esse problema (que encontramos

até nos dias atuais) e isso fica um pouco mais evidente ao nos recordamos das indústrias desenvolvidas ainda no momento de auge das exportações, quando elas se concentraram em determinadas regiões do Brasil beneficiando-as com seu potencial de gerar renda. A concentração não ficava somente na parte geográfica, mas também na parte social. As indústrias desenvolvidas absorviam pouca mão-de-obra e ainda demandavam aquela mais especializada, que por sinal não era encontrada facilmente no nosso país.

A medida que o PSI era disseminado para outros ramos, como veremos mais adiante, fica perceptível a ocorrência do aumento da complexidade tecnológica, incorrendo em mais importações. Isso acontece por motivos óbvios, como o de não encontrar internamente a tecnologia necessária para ampliar o PSI em direção aos outros ramos e nem a mão-de-obra capacitada para dispender a força de trabalho.

A maior contradição aparente, e que o leitor atento já deve ter percebido, é que o próprio PSI força a aquisição de bens necessários para o seu sustento, que por sua vez dificilmente se encontra internamente, necessitando recorrer a via da importação. Lembrando que aqui está sendo referido não só aos bens de capital, mas também matérias-primas. Há também indicações por parte de outros autores que essa contradição, em especial, pode ser fruto do modo de condução da política industrial em substituição as importações.

O caráter não seletivo do sistema de estímulos à substituição de importações, que reservava mercado para aquilo que as autoridades cambiais consideravam pouco essencial, levou à constituição, por esses anos, de um setor industrial inflado nas faixas menos relevantes e com elevado grau de dependência de matérias-primas (cimento, papel, etc.) se haviam expandido de maneira razoável. (LESSA, 1981, p. 31).

Acreditando ter cumprido com a meta de explicar do que se trata o Processo de Substituição de Importações e como ele apareceu nas economias da América Latina, principalmente na brasileira, partimos para o principal momento deste trabalho, o de aplicar tal processo ao período proposto a ser estudado.

### **3. 1945 À 1955: FORMULAÇÃO DE BASES PARA UM APROFUNDAMENTO FUTURO DO PSI**

Depois de alguns anos da adoção do novo modelo de desenvolvimento econômico, 1945 à 1955 surge como um momento que poderia colocar em xeque tudo o que fora construído em épocas passadas. O respaldo para tal afirmação tem ligação com um aspecto importante e primordial do modelo anterior que volta à tona. A renda proveniente do setor externo que outrora tinha caído fortemente nos momentos de estremecimento da economia mundial voltava a se restabelecer a partir de 1949, muito por conta da melhora no preço internacional do café, principal produto brasileiro exportado naquele momento.

O período da Segunda Guerra Mundial poderia ter propiciado, obviamente em um momento anterior, a melhora na renda proveniente do setor externo mencionada. Ao passo que o país utilizaria da oportunidade surgida pela maior demanda das nações envolvidas diretamente no conflito, ofertando as mercadorias essenciais para o suprimento das necessidades criadas, tal fato se concretizaria. De certa forma, a economia brasileira se apropriou dessa estratégia, porém de uma forma que ao invés de melhorar as contas externas do país, fez com que elas piorassem.

[...] Tanto o superávit de 1946 como o aparente equilíbrio de 1947-1948 resultaram do excesso de exportações FOB sobre importações CIF para áreas de moeda inconvertível. Assim 'o Brasil, até 1948, estava acumulando saldos em moedas fracas, isto é, sem poder de comando imediato sobre recurso reais, e acumulando déficits em moedas fortes, especialmente em 1947, quando o déficit para com a área convertível chegaria a superar os US\$ 300 milhões (cerca de US\$ 200 milhões já no primeiro semestre)' (VIANNA, 1987, p. 20).

O pequeno leque de opções da economia brasileira em obter mercadorias do exterior assume uma das principais formas explicativas para o exposto acima, tendo o país que preservar relações comerciais com os Estados Unidos, as quais trouxeram prejuízos nas transações realizadas com o exterior (VIANNA, 1987). O ponto positivo tirado dessa experiência, no que diz respeito a industrialização, foi que no Pós-Segunda Guerra Mundial medidas de controles cambiais e de importações foram adotadas com o fim de sanar o déficit no balanço de pagamentos, ações que mais tarde beneficiou à indústria.

A partir de então, mais precisamente nos anos que precede 1949, a melhora do preço do café auxiliou na retomada do poder de compra brasileiro a âmbito internacional, fazendo com que a nossa economia tivesse muita possibilidade de voltar para a dinâmica anterior embasada nos movimentos que fazem alusão ao comércio exterior, porém, de maneira contrariante, não é bem isso que acontece. A maior renda adquirida com o momento de bonança do setor externo serviu como meio para se aprofundar no processo de industrialização brasileiro baseado na substituição de importações. Tavares (1983, p. 61) aborda de maneira mais contundente o que é afirmado:

Os empresários privados revelaram sua vocação industrial ao aproveitarem os anos mais favoráveis do setor externo (1951/52), para importar em grande quantidade equipamentos e investir nos mais variados setores da atividade interna. Tais investimentos, alguns de longo prazo de maturação, tiveram uma importância considerável para o desenvolvimento do período seguinte, não só pelo lado do multiplicador da renda e do emprego, como muito particularmente, se encarados pela óptica da expansão e diversidade da capacidade produtiva, como uma série de elos que estabeleceram a ponte para novas etapas de industrialização.

O essencial para que os empresários tivessem a tranquilidade de promover as inversões no ramo industrial foram as ações governamentais. Elas além de evitar uma recaída de volta ao modelo de desenvolvimento "para fora", cedendo licenças prévias para se importar determinados bens (não eram cedidas licenças para bens supérfluos) e mantendo o câmbio valorizado, deram bases para a expansão e diversificação da capacidade produtiva industrial. É válido salientar nesse momento que isso se deu



de maneira gradativa, no sentido de que houberam práticas anteriores, com o objetivo de industrialização, um pouco mais flexível do que a citada. Entre 1945 e 1947 o baixo nível cambial fixado a patamares semelhantes ao de 1930 surge como uma medida para deixar o potencial industrial maior e, conseqüentemente, de combate a alta inflação vigente (decorrente de pressões de demanda e de baixa produtividade do aparelho econômico decorrente da dificuldade de abastecimento exterior). De certa forma tal prática auxiliou à indústria na aquisição de máquinas e equipamentos, mas ela também foi colocada em um contexto diferente daquele que se quis imitar (1930), acabando por desperdiçar uma parcela das divisas na aquisição de bens não utilizáveis ao aprofundamento da industrialização.

A partir do parágrafo anterior podemos revelar outros condicionantes para a não recaída ao modelo de desenvolvimento antigo. O principal é o contexto da economia brasileira e internacional presente nos anos favoráveis do preço do café, onde os cenários interno e externo tinham sofrido mudanças bruscas por conta dos acontecimentos já apontados, e da dificuldade do nosso país em buscar fontes de abastecimentos, tendo apenas a fonte norte-americana.

Em 1950 a concessão de licenças prévias para importação de produtos a serem empregados no processo de industrialização aumenta consideravelmente, motivado por acontecimentos plausíveis, vindo a ser freada um ano após, como forma de conter a queima excessiva de reservas cambiais. Contudo, no tanger da motivação das concessões, a mais apontada pela literatura histórico-econômica é o afloramento da Guerra da Coréia, justamente em 1950, quando o receio de uma possível dificuldade de abastecimento de bens se faz presente, em moldes parecidos com aqueles da Segunda Guerra Mundial. Além disso, como outra motivação, via-se nessas concessões a oportunidade de conter o processo inflacionário que tomava conta da economia brasileira, à medida que a autoridade econômica da época entendia o problema pela visão ortodoxa, em que o excesso de meios de pagamentos, resultantes de uma balança comercial favorável, causavam as distorções nos preços.

O Estado não mantinha suas ações somente no caráter mais indireto, como também de forma a atuar produzindo e intervindo na economia brasileira mediante as organizações criadas por ele próprio em prol do aprofundamento da industrialização.

[...] a política de investimento que, em continuação à fase dos investimentos pioneiros como Volta Redonda e a Petrobras, avançou [...] para a eliminação sistemática dos principais pontos de estrangulamento dos setores de infra-estrutura e o financiamento e orientação de outros investimentos de base, através de uma agência financeira estatal: o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (TAVARES, 1983, p. 62).

Vai ser por meio desse último órgão governamental mencionado por Tavares que vão ser atacados os principais pontos de estrangulamentos (apontados por estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos) presentes no país, responsáveis pelo atraso da atividade econômica: energia e transporte.

Essa necessidade foi sentida de maneira mais notória nas inversões realizadas pelo setor privado em 1951, quando a taxa de investimento chegou a 16,4% (LESSA, 1981, p. 23).

Notemos então que o PSI foi, ao longo de toda sua trajetória, principalmente no recorte apresentado, possível graças a presença constante do Estado brasileiro na economia, não querendo tirar o protagonismo que o capital privado teve durante todo esse período, mas, levando em conta as condições postuladas e apontadas, ele atuava de maneira passiva aos movimentos incentivadores e protetores dos governos que direcionaram a nação nessa época. Entretanto, tem-se de colocar aqui que em nenhum momento os governos passaram por cima dos interesses das classes dominantes local e também da dominância exterior.

Não podemos deixar de levar em consideração um ponto muito importante que ficou bem frisado no início do trabalho, a impossibilidade de entender aspectos da história econômica brasileira sem inserir o país à dinâmica político-econômica internacional, ou seja, o papel que ele executa na Divisão Internacional do Trabalho. Boa parte do que foi realizado em direção a substituir o que era importado foi possível graças a uma preocupação da comunidade internacional dominante em manter sua própria posição de influência em diversos pontos do cenário mundial. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial detinham fortemente essa característica e, de igual modo, uma outra que não foi a principal propulsora do surgimento do novo modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, mas que acolhia nitidamente o caráter de influência no ambiente mundial, a Guerra Fria. O estreitamento de laços entre Brasil e Estados Unidos no Pós-Segunda Guerra Mundial é o melhor exemplo de como a maior potência mundial realizou sua influência no maior país da América Latina. Os financiamentos de projetos como a Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951), foram realizados com esse objetivo. A entrada maciça do capital privado norte-americano no Brasil entre 1946 até 1952 (peça essencial da industrialização do nosso recorte), com pleno aval dos governos brasileiros, tirando qualquer interpretação de que houve uma postura nacionalista nessa época, trouxe para o país recursos importantes para o desenvolvimento industrial, e ao mesmo tempo dava poder aos norte-americanos para a implementação de sua ideologia em nosso território.

Sendo assim, voltando para a perspectiva mais econômica da aplicação do PSI ao período de 1945-1955, defende-se que tal modelo não foi interessante no que diz respeito a uma maior substituição de mercadorias importadas, salvo os bens de consumo final, mas sim na reformulação de bases para o futuro da industrialização. Lessa (1981, p. 18) faz um apontamento fundamental para utilizarmos como base para o que foi afirmado, defendendo que a industrialização gerada nesses dez anos foi extensiva, porém de baixa integração:

O setor privado aproveitou a reserva de mercado interno na faixa de bens de consumo. Contudo, como as ordens à industrialização não resultavam de um processo de seleção

nacional de oportunidades industriais, mas sim surgiam como o inverso das restrições às importações, correndo o risco de generalizações, pode-se afirmar ter-se nestes anos substituído o menos essencial, notadamente na faixa de bens de consumo duráveis.

A verificação de alguns dados permite realizar a conclusão feita anteriormente à citação.

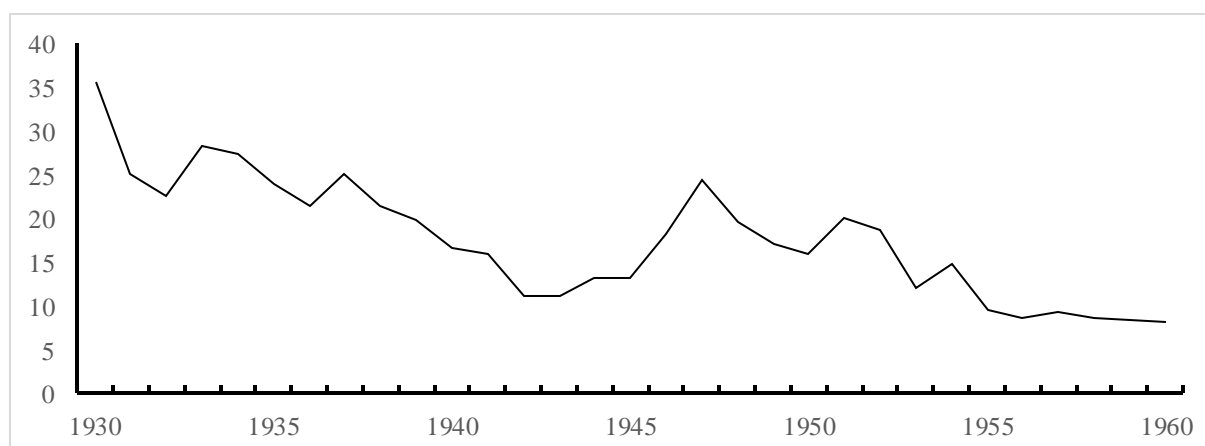
**Tabela 3.1 – Importações em relação a produção total da indústria de transformação**

ÁREAS	1949	1958	1961
<b>Metalurgia</b>	22,3	11,7	11,7
<b>Mecânica</b>	63,8	41,5	46,3
<b>Material elétrico e de comunicação</b>	44,8	13,3	16,9
<b>Material de transporte</b>	56,6	30,5	18,6
<b>Química e farmacêutica</b>	29,3	20,0	17,4
<b>Minerais não-metálicos</b>	10,1	5,1	4,4
<b>Têxtil</b>	0,2	0,6	0,6
<b>Alimentos</b>	3,8	2,5	2,2

**Fonte:** TAVARES, Maria da Conceição, Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: notas sobre economia brasileira, p. 93.

A partir da tabela acima, é possível verificarmos que no ano de 1949 (componente do hiato temporal que está sob análise) tem-se um alto patamar da relação entre o que se importava e o que se produzia internamente, relação essa que representa de forma sintética a substituição de importações. Acredita-se que isso proporcionou aos anos subsequentes melhores bases para uma industrialização mais sustentável, característica própria do período que recortamos para estudar. A exposição de um gráfico, com informações retiradas do livro “Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil - 1939/1959”, de Pedro Malan, deixará mais visível essa perspectiva.

**Gráfico 3.1 – Importações/oferta industrial**



**Fonte:** MALAN, Pedro, Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil - 1939/1959.

Utilizando o gráfico, até antes de 1945 a substituição de importações vinha numa crescente (a queda significa que a substituição de importações cresceu) revertendo-se tal trajetória justamente a partir do ano mencionado. A melhora da renda provocada pela melhora do preço do café possivelmente contribuiu para tal acontecimento, mas como citado antes, no sentido de adquirir bens essenciais para o aprofundamento do PSI, exposto no gráfico com uma outra tendência de queda nos anos que sucedem 1955.

Finaliza-se assim o estudo, acreditando ter alcançado os objetivos firmados inicialmente, acabando por abordar assuntos que foram até um pouco além do escopo do artigo, mas que com toda a certeza foram importantes na construção do caminho para o ponto de chegada visado, além de que de uma alguma forma enriqueceu os conhecimentos do formulador deste trabalho e daqueles que o acessaram.

#### **4. CONCLUSÃO**

As principais considerações retiradas do estudo são as seguintes: por mais importante que foi o Processo de Substituição de Importações para o Brasil conseguir desenvolver um arranjo industrial respeitável, permitindo alcançar níveis de crescimento econômico nunca vistos antes, ele possui contradições que acabam fornecendo as ferramentas para sua própria destruição, assim como muitas outras coisas presentes no capitalismo; o capital privado foi com certeza o principal atuante produtivo do modelo que se instalou no país nos anos de guerras e de crise mundial. Entretanto, a intervenção do Estado brasileiro por meio de políticas econômicas de defesa da renda nacional foi essencial para o capital privado atuar de maneira tranquila e rentável; e por fim, mais precisamente em direção ao alvo principal deste artigo, a vigência do Processo de Substituição de Importações aos dez anos seguintes ao ano que se firmou o Acordo de Bretton Woods foi de cunho sustentável a um planejamento futuro de aprofundamento industrial.

Tudo que diz respeito a história econômica brasileira é sinônimo de riqueza temática para formulação de uma intrigante análise. Com isso, é claro que em nenhum momento a discussão sobre o que foi abordado teve a intenção de esgotá-lo. Muito pelo contrário! A título de bons estudos, referente ao que se colocou neste trabalho, tem-se diversas temáticas que proporcionam boas pesquisas, como a questão do financiamento do PSI, as experiências de outras nações latino-americanas com o modelo de desenvolvimento “para dentro”, os impactos sociais causados com a adesão dele, e mais uma infinidade de assuntos de cunho bem interessante para realizar um trabalho.

## 5. REFERÊNCIAS

CANO, Wilson. Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (Org.); FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Org.). **A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. Editora Unesp, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1984.

LESSA, Carlos. **Quinze Anos de Política Econômica**. São Paulo. 2ª ed: Brasiliense, 1981

MALAN, Pedro et al. **Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil – 1939/1952**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012. 368 p.

POSSAS, Mário Luiz. Empresas Multinacionais e industrialização no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (Org.); COUTINHO, Renata (Org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. Campinas. 4. ed: Instituto de Economia UNICAMP, 1998. v. 2.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro. 11. ed: Zahar, 1983. 263 p.

VIANNA, Sérgio Besserman. **A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. 1986. 91 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.